

Judith Martins-Costa

A BOA-FÉ NO DIREITO PRIVADO

CRITÉRIOS PARA A SUA APLICAÇÃO

3ª edição
2024

saraiva  jur



saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Lívia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Camilla Felix Cianelli Chaves
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial

Revisão Paula Brito

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C837b

Costa, Judith Martins

A Boa-Fé no direito privado: critérios para sua aplicação / Judith Martins-Costa. – 3. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2024.

1000 p.

ISBN 978-65-5362-091-9 (impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Direito privado.
I. Título.

2023-2556

CDD 347

CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil	347
2. Direito civil	347

Data de fechamento da edição: 17-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 603712

CL 607639

CAE 791643

Sumário

NOTA DA AUTORA À TERCEIRA EDIÇÃO	VII
NOTA DA AUTORA À SEGUNDA EDIÇÃO	IX
NOTA DA AUTORA À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	XI
ABREVIATURAS	XXI

INTRODUÇÃO

§ 1. A expressão «boa-fé»

1. Os sentidos.....	1
2. Boa-fé objetiva	2
3. As perspectivas e o enfoque adotado	6

CAPÍTULO PRIMEIRO

AS RAÍZES

§ 2. A boa-fé no Direito Romano

1. A origem	13
2. A <i>fides</i> como dever de auxílio e promessa de proteção.....	15
3. A <i>fides</i> -promessa (<i>fides</i> garantia).....	16
4. A <i>fides</i> como garantia do cumprimento das obrigações assumidas e sua expansão	17
5. <i>Fides</i> nas relações intrassubjetivas e nas relações intersubjetivas.....	18
6. A <i>exceptio extra quam</i>	21

§ 3. A *fides bona*

1. A transformação da <i>fides</i> em <i>bona fides</i> : as relações creditícias e os <i>iudicia bonae fidei</i>	22
--	----

2. O crédito e a civilização (<i>koiné</i>) mercantil	24
3. <i>Iudicia bonae fidei</i>	26
4. <i>Oportet ex fides bona</i>	30
5. <i>Bona fides e consensus contractae</i>	32
§ 4. O momento hermenêutico: <i>bonae fidei interpretatio</i>	
1. O significado.....	36
2. Os campos funcionais	39
§ 5. A diluição da boa-fé	
1. O enfraquecimento da boa-fé	40
2. A subjetivação da boa-fé: a usucapião.....	41
3. <i>Bona fides e aequitas</i>	42
§ 6. A boa-fé na cultura germânica	
1. O desenvolvimento germânico da fórmula	46
2. <i>Treu und Glauben</i>	48
§ 7. A boa-fé canônica	
1. Boa-fé e moral cristã.....	49
2. <i>Consensus e sollemnia</i>	52
3. A unificação da boa-fé	54
§ 8. A boa-fé na primeira e na segunda sistemáticas	
1. A boa-fé na primeira sistemática	56
2. Os aportes dos humanistas.....	56
3. A boa-fé como «princípio geral».....	59
4. O modelo de expressão do jusracionalismo	62
5. O desenvolvimento da boa-fé em Grotius	64
6. Desenvolvimentos da boa-fé nos jusracionalistas.....	67
§ 9. A boa-fé no <i>Code Civil Français</i>	
1. A boa-fé no <i>Code</i> como amálgama da técnica jurídica, da moral e da filosofia	71
2. Boa-fé e liberdade contratual	75
3. Boa-fé e método da exegese.....	77
3-A. Boa-fé francesa pós-Reforma de 2016	78
4. A descendência da boa-fé francesa	82

§ 10. A boa-fé germânica e sua apreensão no BGB

1. O encontro entre a boa-fé romana e a germânica	84
2. O trabalho dos práticos.....	86
3. Boa-fé no BGB de 1900	87
4. A boa-fé pós-Reformas de 2001 e 2002.....	89

§ 10-A. A boa-fé no *common law*

1. O <i>Uniform Commercial Code</i> e o <i>Restatement of Contracts (Second)</i>	92
2. A recusa, no Direito inglês, a um papel ativo ao princípio	94

CAPÍTULO SEGUNDO**CONTEXTO, NOÇÃO E APLICAÇÃO DAS CLÁUSULAS GERAIS****§ 11. Denominação e origem**

1. Proposição	99
2. A denominação.....	100
3. A origem	101
4. O parágrafo 242 do BGB	101
5. O papel da jurisprudência alemã	105
6. A expansão.....	107
7. As espécies de cláusulas gerais	108

§ 12. A estrutura e a linguagem das cláusulas gerais

1. Proposição	108
2. Método da casuística	109
3. Método das cláusulas gerais	111

§ 13. A linguagem das cláusulas gerais: a vagueza

1. Precisações conceituais.....	112
2. Enunciados gerais	112
3. Enunciados genéricos.....	113
4. Enunciados ambíguos	113
5. A vagueza semântica.....	114
6. Os significados de «significado»	116
7. A vagueza das normas.....	118
8. A vagueza «socialmente típica»	120

§ 14. Cláusulas gerais e conceitos indeterminados

1. Proposição	122
2. O critério e a noção utilizados	124

§ 15. Cláusulas gerais e princípios jurídicos

1. Proposição	128
2. Noção de princípio jurídico	128
3. Semelhanças e distinções	132
4. Proposição sintética acerca da distinção entre princípio e cláusula geral	136
5. Critérios para a aplicação das cláusulas gerais	139

§ 16. Funções das cláusulas gerais: abertura, mobilidade e ressystematização por via da formação de novos institutos

1. Proposição	140
2. Função de «abertura» do sistema	141
3. A função de ressystematização e a formação de novos institutos	145
4. Cláusula geral e vinculação aos precedentes	151
5. A técnica dos «grupos de casos»	154
6. O papel da doutrina	155
7. Riscos e vantagens	157

§ 17. A conjugação entre o pensamento tópico e o pensamento sistemático: o «novo pensamento sistemático»

1. Proposição	163
2. A tópica jurídica	163
3. Pensamento sistemático e processo da subsunção	169
4. O processo de subsunção	169
5. O processo de concreção	171
6. A pré-compreensão	174
7. O pensamento tópico-sistemático	175

CAPÍTULO TERCEIRO**PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DA
ATUAÇÃO DA BOA-FÉ OBRIGACIONAL****§ 18. A relação obrigacional: concepções, conteúdo, principiologia e classificações**

1. Proposição	183
2. A relação obrigacional simples, ou o «vínculo obrigacional»	185

3. A relação obrigacional complexa	188
4. As doutrinas pessoalistas	190
5. As doutrinas realistas.....	191
6. A doutrina dualista (<i>Schuld und Haftung</i>).....	192
§ 19. A relação de obrigação como um organismo e totalidade complexa	
1. Origem.....	195
2. A concepção de Karl Larenz	198
3. O dinamismo da relação obrigacional	200
4. A noção de processo obrigacional	202
5. A relação obrigacional como relação de cooperação	203
6. A análise interna da relação.....	206
§ 20. As espécies de deveres gerados pela incidência da boa-fé objetiva: deveres anexos (instrumentais à prestação) e de proteção	
1. As espécies.....	208
2. Deveres de prestação	209
3. Espécies de deveres de prestação.....	209
3.1. Deveres principais de prestação.....	209
3.2. Deveres secundários.....	209
4. Os deveres anexos	211
5. Deveres de proteção.....	213
§ 21. Distinção e interdependência principiológica: boa-fé, confiança, autonomia privada, autorresponsabilidade	
1. Proposição	220
2. Autonomia privada	220
3. Autonomia privada e confiança	221
4. Confiança e boa-fé	225
5. Autorresponsabilidade	229
§ 22. As fontes das obrigações e suas classificações	
1. As várias classificações.....	230
2. O contato social como categoria jurídica.....	232
3. Contato social como categoria sistematizadora	235
4. Os atos existenciais.....	238
5. Atos existenciais e «relações contratuais de fato»	239
6. Qualificação jurídica dos atos existenciais.....	240
7. Atos existenciais como «atos-fato».....	241
8. Boa-fé e categorização dogmática das fontes	245

CAPÍTULO QUARTO

CRITÉRIOS PARA UMA APLICAÇÃO DA
BOA-FÉ SISTEMATICAMENTE ORIENTADA§ 23. A indispensabilidade do *distinguo*

1. Proposição 249

§ 24. Primeira distinção: boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva

1. A boa-fé subjetiva 251
2. A boa-fé objetiva 255
3. A boa-fé objetiva como modelo jurídico 258
4. Indistinções entre a boa-fé objetiva e a subjetiva – exemplos 259
5. Cumulação entre boa-fé subjetiva (estado) e boa-fé objetiva (norma) ... 262

§ 25. Segunda distinção: o critério do campo de incidência

1. Proposição 263
2. Os campos examinados 266

§ 26. Relações obrigacionais de Direito Civil comum

1. Proposição 266
2. Vetores 266

§ 27. Relações obrigacionais de Direito de Família

1. Proposição 267
2. Direito Pessoal de Família 268
3. Direito Patrimonial de Família 269
4. Boa-fé e Direito Patrimonial de Família 271
5. Boa-fé e Direito Pessoal de Família 275

§ 28. Relações comerciais (contratos interempresariais)

1. Proposição 277
2. O mercado 279
3. A atividade empresarial 280
4. Atividade empresarial e contratos 282
5. O mercado, o informalismo e a atipicidade das formas contratuais 283
6. A relevância dos usos do comércio e das práticas seguidas entre os agentes 285
7. O *standard* da probidade específica 287
8. Os vetores 288

§ 29. Relações associativas (associações e sociedades), empresariais ou não

1. Proposição	288
2. Boa-fé e relações associativas, em sentido amplo	289
3. A cooperação e a lealdade como elementos estruturais	291
4. Escalonamento da boa-fé, conforme a espécie associativa.....	292
5. Vetores	293

§ 30. Relações obrigacionais regidas por normas internacionais

1. Proposição	294
2. Boa-fé e princípio da interpretação uniforme	295

§ 31. Relações obrigacionais assimétricas

1. Proposição	298
2. Assimetria e poder.....	299
3. Assimetria e vulnerabilidade	299

§ 32. Relações obrigacionais de consumo

1. Proposição	303
2. As «normas objetivo» do art. 4.º do CDC	303
3. Boa-fé e relação de consumo	304
4. Boa-fé, equilíbrio e abusividade	305
5. Adesividade e abusividade	306
6. Boa-fé e transparência	307
7. Boa-fé como proteção à confiança legítima do consumidor.....	308
8. Boa-fé e conduta do consumidor.....	309

§ 33. Relações obrigacionais de emprego

1. Proposição	309
2. Boa-fé e equilíbrio na relação de emprego	310
3. Deveres para as partes e vedação ao exercício desleal.....	310
4. A jurisprudência trabalhista	313

§ 34. Relações obrigacionais entre os particulares e o Estado

1. Proposição	315
2. Princípios em conjugação com a boa-fé	316
3. Boa-fé e princípio da proteção da confiança.....	318
4. Boa-fé, proteção da confiança e vedação à contraditoriedade desleal...	320
5. Boa-fé e conduta do administrado e contribuinte.....	322
6. Boa-fé e o exercício de direito formativo extintivo	324

7. Boa-fé e aplicação de penalidades	326
8. Boa-fé e conflito de interesses.....	327
9. Boa-fé e processo administrativo.....	328

§ 35. Terceira distinção: a materialidade da situação jurídica subjacente

1. Proposição	329
2. Significados	330
3. Função sistematizadora.....	331

§ 36. *Mea res agitur*

1. Proposição	332
2. Negócios de intercâmbio em sentido próprio	332
3. Contratos movidos por intenção liberal.....	333
4. A maior consideração ao donatário.....	335

§ 37. *Tua res agitur*

1. Proposição	336
2. Contrato de mandato	337
3. Relação jurídica de administração.....	339
4. Os administradores de sociedades	339
5. Deveres fiduciários do administrador - especificidades.....	341
6. Critérios para a avaliação dos deveres.....	343
7. Contrato de investidura	346
8. Qualificação do contrato de investidura	346
9. Obrigação principal no contrato de investidura	348
10. Independência e imparcialidade do árbitro	349
11. Boa-fé e deveres anexos no contrato de investidura	350
12. A arbitragem e a superinvocação do princípio da boa-fé.....	354
13. Contrato de seguro	355
14. Boa-fé e seguro	359
15. Boa-fé e disciplina informativa no seguro.....	362
16. Boa-fé e regulação do sinistro	366
17. Boa-fé e abusividade no contrato de seguro	369
18. Boa-fé e agravamento do risco	371
19. Boa-fé e «dever de minimizar o risco»	375

§ 38. *Nostra res agitur*

1. Proposição	376
2. A colaboração estrutural: o contrato de sociedade.....	377
3. O fim comum.....	378

4. A «acendrada boa-fé» como fonte de deveres	379
5. Deveres decorrentes da boa-fé e titulares do poder de controle	382
6. A colaboração conjuntural: acordos de acionistas e contratos-aliança..	382
7. Acordos de acionistas	383
8. Conjugação principiológica.....	384
9. Possível tensão principiológica	389
10. Síntese conclusiva	390
11. Os contratos-aliança.....	391
12. Outros contratos de construção.....	393
13. Colaboração estratégica pontual: contratos de colaboração empresária, contratos de duração, contratos relacionais	395
14. Operações concertadas	395
15. Qualificativos e subespécies	397
16. Os contratos relacionais.....	397
17. Relacionalidade e lacunosidade intencional.....	399
18. Relacionalidade e boa-fé	399
19. Relacionalidade e pessoalidade.....	400

CAPÍTULO QUINTO

ATUAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONFORME AS FASES DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL

§ 39. O critério das fases do processo obrigacional

1. Proposição	411
2. Fases e planos da relação obrigacional.....	412
3. Fase do desenvolvimento, ou execução contratual.....	413
4. Fase das tratativas: primeira enunciação.....	413
5. Deveres de proteção na fase das tratativas.....	416

§ 40. A fase formativa de um contrato

1. Proposição	417
2. A solução do CDC	417
3. As soluções do Direito Privado (Civil e Empresarial)	418

§ 41. Fase inicial de prospecção e de chamamento a contratar, sem a caracterização de oferta em sentido técnico

1. Proposição	420
---------------------	-----

§ 42. Fase negociatória em sentido estrito

1. Proposição	421
---------------------	-----

2. Utilidade e figuras	421
3. Critérios	423
4. Formação progressiva do contrato	424
5. A possível vinculabilidade dos atos pré-contratuais e a vinculabilidade dos atos contratuais sujeitos às chamadas «condições precedentes» ...	428
6. Eficácias hermenêuticas	431
7. As cláusulas de entendimento integral	432

§ 43. Fase da oferta, propriamente dita

1. Proposição	433
2. O art. 427 do Código Civil	434

§ 44. Fase da conclusão contratual

1. Proposição	437
2. A eficácia contratual	437
3. O problema da legitimidade da expectativa	439

§ 45. Origem da doutrina da *culpa in contrahendo* e seu atual estágio

1. A origem: a formulação de Jhering	441
2. <i>Culpa in contrahendo</i> e teoria do contato social	445
3. Desenvolvimento e expansão da doutrina da <i>culpa in contrahendo</i>	447

§ 46. A responsabilidade pré-contratual no Direito brasileiro

1. Proposição	456
2. <i>Culpa in contrahendo</i> e a chamada «responsabilidade pela confiança» .	458
3. A hipótese do injusto rompimento das tratativas	466
4. O recesso justificado	468
5. A violação aos deveres informativos pré-contratuais	469
6. O regime jurídico e o interesse indenizável	471
7. <i>Culpa in contrahendo</i> e boa-fé	479
8. Síntese conclusiva	485

§ 47. Fase da execução contratual: a boa-fé *in executivis*

1. Proposição	486
2. Papel auxiliar e limitador da boa-fé <i>in executivis</i> em relação à vontade contratual	487

§ 48. Fase pós-contratual

1. Proposição	489
2. Acolhimento no Direito brasileiro	490
3. Síntese conclusiva	494

CAPÍTULO SEXTO

A FUNÇÃO HERMENÊUTICA DA BOA-FÉ

§ 49. A função e interpretação contratual

1. Proposição	497
2. Fatores introdutórios da atenção à boa-fé no Direito brasileiro	498
3. O método adotado	500

§ 50. A interpretação segundo a boa-fé

1. Interpretação – sentido amplo	501
2. Interpretação contratual: questões	503
3. Atuação complessiva da boa-fé hermenêutica	504

§ 51. A boa-fé «contextual»: os cânones dos arts. 112 e 113 do Código Civil

1. Proposição	506
2. Regras jurídicas de interpretação e regras jurídicas interpretativas	507

§ 52. A «intenção consubstanciada na declaração» e o cânone da «totalidade e coerência» do contrato

1. Proposição	508
2. O alcance do art. 112	510
3. A insuficiência do critério literal	511
4. O cânone da totalidade e da coerência	512
5. O art. 113: <i>caput</i> e inciso III do parágrafo 1.º	518

§ 53. Cânone da finalidade do negócio e a “racionalidade do negócio”

1. Proposição	520
2. Negócio jurídico como categoria finalista: consequências	526
3. Interpretação finalista e contratos por adesão	530
4. Finalidade, «título» do contrato e atipicidade contratual	530

§ 54. O critério do comportamento das partes

1. Proposição	531
2. O comportamento posterior	532
3. O comportamento anterior	535
4. As práticas seguidas pelas partes	536
5. As práticas referidas no art. 9.º da CISG	540
6. Boa-fé e interpretação segundo os usos	542

7. Significados da palavra «usos».....	542
8. O art. 113 inclui os usos e as práticas	544
9. Usos e prévio consentimento	545
10. O valor dos usos referidos no art. 113	546
11. Usos na prática internacional.....	548
 § 55. Boa-fé e interpretação a favor do aderente	
1. Proposição	550
2. A regra <i>contra proferentem</i>	551
3. O ônus de falar claro.....	553
4. Interpretação segundo a boa-fé e vulnerabilidade do consumidor.....	556
 § 56. A boa-fé hermenêutica na CISG – Convenção de Viena para a Compra e Venda Internacional de Mercadorias	
1. Proposição	561
2. A boa-fé como norma dirigida ao intérprete	562
3. O cânone da uniformidade hermenêutica.....	563
4. O postulado normativo do caráter internacional do contrato	564
5. Aplicação da boa-fé por via indireta.....	565
 § 57. Boa-fé e tutela da confiança na interpretação das declarações tácitas: o problema da chamada «extensão da cláusula compromissória»	
1. Proposição	573
2. Fundamentos	573
3. A hipótese da «extensão subjetiva» da cláusula compromissória.....	575
4. Cuidados a adotar e <i>standards</i> a considerar	576
 § 58. Boa-fé e interpretação mitigadora do rigor legal ou contratual	
1. Proposição	580
2. Campo de aplicação	581
3. Equidade e assystematicidade.....	584
4. Síntese conclusiva	584

CAPÍTULO SÉTIMO

A CRIAÇÃO DE DEVERES

§ 59. Função integrativa

1. Proposição	589
---------------------	-----

2. Distinções.....	589
3. A palavra «lacuna»	591
4. A integração	593
5. Lacuna e pluralidade de fontes integrativas: a boa-fé como critério integrativo	594
§ 60. Lacunas e integração contratual: técnicas e limites	
1. O processo integrativo	597
§ 61. Lacunas e criação de deveres às partes	
1. Proposição	599
2. Escopo dos deveres que servem à integração	600
§ 62. Deveres de cooperação e lealdade contratual	
1. Âmbito dos deveres de cooperação e lealdade.....	601
2. Dever de cooperação e materialidade da situação jurídica.....	602
§ 63. Deveres informativos	
1. Proposição e significados.....	605
2. Interesse à informação: as várias escalas	607
3. Instrumentalidade da informação.....	608
4. Transindividualidade da informação: o mercado de valores mobiliários	611
5. Uma informação marcada pelo interesse público.....	612
6. Informação e prospecto	613
7. Critérios e elementos do dever de informar	615
8. Formas de infração aos deveres informativos.....	618
9. Deveres informativos na fase pré-contratual	619
10. Dever de informar: extensão	620
11. Critérios auxiliares à concreção do dever de informar	621
12. Informação, lealdade, veracidade	622
13. Afastamento do dever de informar	624
14. Deveres informativos na área da saúde	625
§ 64. Deveres de proteção («deveres laterais»)	
1. Proposição	626
2. O significado e a abrangência	626
3. Deveres de proteção e dano moral	628
4. Interesses de proteção: o problema dos terceiros em sua relação com o contrato	629

5. Diferentes significados da relação «contrato e terceiros»	631
6. O princípio da incolumidade das esferas jurídicas	633
§ 65. O «dever» de colaborar para a mitigação do próprio prejuízo	
1. Proposição	635
2. Qualificação jurídica: dever ou ônus?	636
3. Problemas de Direito Comparado	639
4. Origem da doutrina da mitigação	640
5. Quantificação e critérios	642
6. Jurisprudência	645

CAPÍTULO OITAVO

FUNÇÃO CORRETORA: A BOA-FÉ E O EXERCÍCIO JURÍDICO

§ 66. A função corretora

1. Proposição	655
2. As duas vertentes da função corretora	655

§ 67. A função corretora do conteúdo contratual

1. Premissas	656
--------------------	-----

§ 68. Boa-fé como norma de validade: o sistema do Código Civil

1. Proposição	660
2. Soluções do Direito brasileiro	661
3. O art. 166 do Código Civil	663
4. Demais hipóteses de controle do conteúdo no âmbito do Código Civil ..	666

§ 69. Boa-fé como norma de validade e correção da «abusividade contratual»

1. Distinções: abuso e abusividade	667
2. Os planos de projeção da distinção	668
3. Abusividade, segundo o CDC	669
4. Crítica: a miscelânea de fundamentos e a invocação iterativa	673

§ 70. Correção do conteúdo do contrato sem referência à validade: papel da boa-fé frente a situações de desequilíbrio decorrente de circunstâncias supervenientes à formação do contrato

1. Proposição	676
2. Dimensão plurívoca do princípio do equilíbrio	677
3. Tempo e contrato	677

4. A longa duração	679
5. Fontes legais do dever de reequilíbrio e especificidades consoante os campos normativos.....	681
6. Fontes negociais: a autonomia privada e as cláusulas de adaptação por renegociação	684
7. Cláusulas de renegociação: desnecessidade de apelo à imprevisibilidade	685
8. O critério do modo de operar a adaptação do contrato.....	686
9. As cláusulas de <i>hardship</i>	686
10. Conjugação entre fontes legais e fontes negociais.....	689
11. Previsões gerais do Código Civil: contratos entre iguais	689
11-A. O princípio da boa-fé é fonte do «dever de renegociar»?	691
12. Reequilíbrio e contratos entre desiguais	699
13. A jurisprudência	699
14. Síntese conclusiva	707
§ 71. Boa-fé e revisão nos contratos administrativos	
1. Proposição	708
2. Requisitos da revisão	708
§ 72. Boa-fé e controle do modo de exercício dos direitos e posições jurídicas	
1. O exercício jurídico.....	710
2. A boa-fé e o art. 187 do Código Civil: a ilicitude no modo de exercício	711
§ 73. A contraditoriedade desleal no exercício jurídico	
1. Proposição	715
2. A vedação à contraditoriedade desleal como «figura da experiência» ..	716
§ 74. O <i>venire contra factum proprium</i>	
1. Proposição	719
2. Noção	719
3. Âmbito de delimitação	720
4. Ligação à boa-fé	722
5. Requisitos	724
6. Consequência	724
7. A jurisprudência	725
8. A desmedida invocação do <i>venire contra factum proprium non valet</i> ..	733
§ 75. <i>Nemo auditur propriam turpitudinem allegans</i>	
1. Proposição	734

2. Origem da regra.....	735
3. Jurisprudência.....	737
4. Consequências da incidência	740
5. A questão da vedação à <i>repetitio</i>	741
6. Utilidade da distinção.....	743
7. Alegação de nulidade formal e substancial	746
8. Síntese conclusiva	747
 § 76. <i>Tu quoque</i> e <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	
1. Proposição	748
2. <i>Tu quoque</i>	749
3. Aplicação tópica: <i>tu quoque</i> como figura da experiência.....	750
4. Os direitos de exceção e a noção de sinalagma	752
5. Requisitos	753
6. Sinalagma e <i>tu quoque</i>	753
 § 77. <i>Suppressio</i> e <i>surrectio</i>	
1. Proposição	756
2. Noção e origem.....	756
3. Requisitos	759
4. <i>Suppressio</i> e boa-fé	762
5. A <i>surrectio</i>	768
 § 78. Boa-fé no balanceamento entre Justiça e utilidade contratual	
1. Proposição	771
2. As causas de cessação dos efeitos de um contrato: distinções.....	772
3. Premissas sobre a terminologia adotada e noções gerais sobre a extinção contratual por causas supervenientes à sua formação	774
 § 79. Boa-fé e exercício de denúncia	
1. Noção e distinções	776
2. Boa-fé e exercício do direito formativo de denúncia.....	777
3. O parágrafo único do art. 473	780
 § 80. A condição resolutiva e o art. 128 do Código Civil	
1. Proposição	787
2. Boa-fé e condição resolutiva: uma interpretação do art. 128 do Código Civil	788
 § 81. Resolução (em sentido amplo) por inadimplemento	
1. Proposição	791

2. As espécies de inadimplemento	792
3. A gravidade do inadimplemento e o <i>topos</i> da inutilidade da prestação para o credor	794
4. O incumprimento definitivo.....	795
5. Critérios para a averiguação da inutilidade da prestação para o credor	795
6. Incumprimento definitivo parcial.....	801
7. Boa-fé e apreciação da utilidade da prestação para o credor	803
§ 82. O adimplemento substancial do contrato	
1. Noção e origem.....	805
2. Adimplemento substancial e boa-fé.....	805
3. Requisitos à aplicação.....	808
§ 83. O inadimplemento antecipado do contrato	
1. Premissas	810
2. Noção	810
3. Origem.....	812
4. O inadimplemento antecipado nos documentos do Direito Contratual Internacional.....	813
5. Aceitação no Direito brasileiro	814
6. Inadimplemento antecipado e boa-fé.....	815
7. Requisitos	816
§ 84. A violação positiva do crédito	
1. Proposição	818
2. Extensão	819
3. Eficácia.....	820
§ 85. Conclusões muito sintéticas.....	821
BIBLIOGRAFIA	823
JURISPRUDÊNCIA CITADA	885
ÍNDICES REMISSIVOS	903
Índice remissivo <i>stricto sensu</i>	903
Casos nomeados.....	929
Legislação citada.....	931
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	942